

**O DEBATE SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO NAS  
ASSOCIAÇÕES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (1988 A 2003)**  
THE DEBATE ON RACE RELATIONS AND EDUCATION IN POOLS OF  
RESEARCH AND GRADUATE (1988 2003)

**Karina Almeida de Sousa<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Tocantins/Campus Tocantinópolis

**RESUMO**

Este artigo busca realizar a análise de alguns trabalhos que articulavam a categoria raça ao campo da educação visando verificar a relevância do papel desempenhado pela instituição escolar no que está se relaciona à questão étnico-racial no Brasil. Buscando atingir tal objetivo realizou-se um mapeamento dos trabalhos apresentados em duas das principais associações nacionais de pesquisa e pós-graduação das Ciências Sociais e da Educação, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1988 a 2003. Destaca-se a análise sociológica das dinâmicas educacionais, com enfoque nas relações estabelecidas entre a educação e raça partindo de um breve panorama sobre o contexto educacional referente à questão racial nos séculos XX e XXI, demonstrando, por meio de dados quantitativos, a manutenção de uma estrutura hierárquica em relação ao acesso e permanência no sistema educacional de negros e negras. Em síntese, busca-se dialogar com os campos de conhecimento das Ciências Sociais e da Educação no que essas áreas têm produzido sobre educação, em sua maioria sobre a educação formal e as relações raciais.

**Palavras-chave:** Educação. Relações Étnico-raciais. ANPEd. ANPOCS.

**1 PRIMEIRAS PALAVRAS**

A síntese da produção bibliográfica referente à raça e educação apresentada pelos trabalhos das associações ANPOCS e ANPEd a partir dos Grupos de Trabalho ou Estudo e os Seminários Temáticos relacionados à temática durante o período de 1988 a 2003 apresenta-se como o objetivo central desta análise. Elaborou-se um balanço do trabalho, que busca estabelecer um diálogo mais aproximado entre raça, educação e políticas públicas educacionais. Deste modo, busca-se estabelecer as conexões e

---

<sup>1</sup> Possui mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bacharelado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela mesma instituição. Atualmente é Docente Assistente I no curso de Ciências Sociais junto a Universidade Federal do Tocantins. Atuou como Docente Substituta na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT/ Campus Tangará da Serra), ministrando disciplinas nas áreas de Sociologia e Filosofia. Desenvolve pesquisas sobre a temática étnico-racial no Brasil Contemporâneo relacionada aos debates educacionais. Coordena o Grupo de Estudos sobre Raça e Temas Educacionais (GERTE). Tem experiência nas seguintes áreas: Relações Raciais no Brasil Contemporâneo, Educação, Políticas Públicas Educacionais. E-mail: sousakarina@uft.edu.br

rupturas entre as perspectivas apresentadas pela produção das associações e os principais debates das Ciências Sociais e da Educação.

O trabalho, em síntese, buscou dialogar com os campos de conhecimento das Ciências Sociais e da Educação no que essas áreas têm produzido sobre educação, em sua maioria sobre a educação formal e as relações raciais. Como já exposto, apreendem-se do debate sobre raça e educação dois conceitos recorrentes: identidade e cidadania. Busca-se então, por meio, do aprofundamento das perspectivas teóricas desses conceitos, compreender como estes são apresentados e fundamentados nos principais instrumentos legais que institucionalizam a educação no país.

## **2 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Estudar a educação pode redundar na compreensão da escola como uma importante instituição social que atua nos processos de socialização e/ou individuação dos sujeitos (BRASIL, 2007, p. 04). Diante disso, a análise das conexões entre as produções teóricas, os planos e os documentos das políticas públicas que orientam o sistema educacional do período de 1988 a 2003 contribuíram para a compreensão dos planos educacionais brasileiros como uma das vias possíveis para o estabelecimento de diálogos e negociações referentes aos modelos, objetivos, agentes e receptores do processo realizado por meio da educação. Sendo assim, a escola pode ser adotada como sinônimo de um espaço social plural, um espaço de encontro dos sujeitos e das influências que constituem seus processos de identificação. Compreendendo a identidade como um conceito que opera “sob rasura”, os processos de identificação dão ênfase ao processo de subjetivação das “n” identificações passíveis de serem atribuídas ou adotadas pelo sujeito em meio social (HALL, 2008).

Antônio Cândido (1995) apresentou um importante texto, denominado ‘O papel do estudo sociológico da escola na Sociologia Educacional’, referente às relações entre Sociologia e Educação em virtude do I Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em São Paulo, no ano de 1955. Nele o autor compreende a Sociologia da Educação como um ramo da Sociologia, distinto da Ciência da Educação, destinado ao estudo das conexões entre a escola e o meio social. Segundo Cândido (1955), a preocupação com os aspectos sociais do processo educacional incide sobre dois eixos principais: as conexões entre a escola e o meio social e sua contribuição diante dos problemas sociais.

Diante disso, a reaproximação das Ciências Sociais e da Educação pressupõe que a educação possa ser reconhecida enquanto um elemento ativo na interação social e nos modelos de socialização de indivíduos e grupos e ainda em sua relação com os processos de desigualdade e exclusão social. Segundo Martins (2003, p. 02), a Sociologia da Educação possibilita, ainda, a avaliação e o refinamento das políticas públicas em todas as esferas, mantendo-se o rigor teórico-metodológico além da associação entre a pesquisa social e as políticas públicas.

A despeito do potencial que o ambiente escolar pode proporcionar como espaço de aprendizagem, a análise de seu funcionamento efetivo levou ao reconhecimento de sua tendência em reproduzir modelos de socialização<sup>2</sup> nos(as) educandos(as). Neste sentido, a escola como eixo para o estudo da Sociologia que se volta à análise da educação pode abranger duas importantes perspectivas: o estudo da educação como socialização, que a precede, e sua função social, que a sucede (SILVÉRIO, 2008).

Sintetizando o verbete *socialização* (BOTTOMORE & OUTWAIT, 1996, p. 100), os estudos relativos ao conceito, nas mais diversas sociedades, levam a algumas concepções:

- a) o grande poder da família na socialização primária como base de explicação das semelhanças no comportamento social entre pessoas expostas às mesmas práticas;
- b) a socialização primária está vinculada à formação da personalidade, mesmo em se tratando de processos conceitualmente distintos, isto é, os estudos sobre a socialização estão preocupados em conhecer a aquisição de padrões comuns, e os estudos sobre personalidade procurando as diferenças individuais;
- c) além da família entre as principais agências socializantes nas sociedades ocidentais encontram-se a escola, a exposição aos veículos de comunicação de massa e a participação na vida comunitária organizada.

O ambiente escolar, compreendido em sua dimensão de socialização, atuaria então como uma das instituições sociais nas quais os indivíduos vivenciam larga parcela de seu processo de adaptação à vida social.

---

<sup>2</sup> A socialização representa os processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social. Começam na infância e prosseguem ao longo da vida. A socialização é um processo de aprendizagem que se apoia, em parte no ensino explícito e, também em parte, na aprendizagem latente, ou seja, na absorção inadvertida de formas consideradas evidentes de relacionamento com os outros (BOTTOMORE & OUTHWAIT, 1996, p. 701).

[...] Há uma pressuposição básica que permeia o pensamento social do século XX, de que a socialização é o meio certo de caracterizar o que transpira entre novos indivíduos e suas sociedades, e de que os indivíduos são maleáveis a um número indefinido de tipos de formação (BOTTOMORE & OUTWAIT, 1996, p. 233).

Ao considerarmos a socialização como o conjunto de práticas no qual novos indivíduos são postos em contato com o objetivo de tornarem-se membros de sociedades já existentes, a educação representaria então o subconjunto de práticas que têm como resultados pretendidos tipos de socialização. De acordo com os autores Bottomore & Outhwait (1996, p. 233), no seu significado estrito, a palavra “educação” pode ser utilizada como sinônimo de escolaridade, medida institucional específica para a transmissão de conhecimentos, habilidades e o desenvolvimento de competências e crenças.

Diante disso, a relação específica entre a Sociologia e a Educação pôde ser interpretada por meio de diversas correntes analíticas, das clássicas às contemporâneas, constituindo-se diversas visões sobre perspectivas, funções, objetivos e sujeitos que permitem compreensões diversificadas sobre a educação. Teorias sociológicas preocupadas com a área educacional podem contribuir para os intercâmbios analíticos/conceituais, para a rediscussão dos modelos de políticas públicas educacionais e ainda para a compreensão de questões historicamente desconsideradas enquanto partes integrantes da sociedade brasileira, como a questão racial.

O advento da República foi um momento fundamental para se verificar a eficiência ou não de articulações entre os projetos educacionais constituintes de ideologias e práticas direcionadas à formação de uma nação que buscou apagar parte das características físicas e culturais de sua população por diversos meios, dentre eles as políticas educacionais pautadas na universalidade (SILVÉRIO, 2009).

Na atualidade, podem-se observar com maior nitidez as consequências de um processo de formação nacional que se pautou ora no branqueamento, ora na inexistência de desigualdades fundadas nas diferenças raciais de sua população. Gomes (1997) auxilia na compreensão da educação como um dos principais pilares para o desenvolvimento e formação dos processos históricos e culturais que imprimiram e imprimem, até os dias atuais, as desigualdades sociais e raciais imbricadas nas práticas preconceituosas e discriminatórias.

No trajeto entre a aprovação do texto constitucional, passando pela elaboração da LDB e sua alteração expressa na Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, os debates sobre os rumos da política educacional em relação a questões étnico-raciais ganharam destaque em função dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro ao ser signatário da Declaração e Programa de Ação resultantes da Conferência de Durban.

A desigualdade e a exclusão vivenciadas nas mais diversas esferas da vida pela população negra no Brasil foram fundamentadas em inúmeras questões relativas ao processo de hierarquização e silenciamento em relação às contribuições e influências das culturas negras na história nacional (MIRANDA, 2010, p. 13). Dito de outra forma, o reconhecimento, no plano do discurso, das contribuições dos elementos relacionados a cultura negra, não tem correspondido às práticas sociais que os reconheçam enquanto sujeitos<sup>3</sup> históricos de direito.

O reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da existência do racismo e da discriminação foi significativo, porém não resultou na imediata incorporação ou mesmo no resgate das dinâmicas culturais da população negra, isto é, ao mesmo tempo em que a desigualdade e a exclusão eram problemas que precisariam ser equacionados pelas políticas públicas, as justificativas que as constituíam se alicerçaram no processo de racialização da experiência daquela população. Conseqüentemente, a experiência como um processo de significação que exprime a realidade (BRAH, 2006, p. 360) apontou para o processo de racialização – contextualmente específico – dos quais inúmeros grupos foram submetidos em circunstâncias e de maneiras variadas, tendo por base os diversos significantes dados à diferença (BRAH, 2006, p. 344).

De acordo com o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/03, a efetiva implementação da lei exigiria o desenvolvimento da diversidade na chave das “políticas de diferença”, ou seja, de políticas que se distinguem das políticas de inclusão e das políticas de ação afirmativa, não pela ênfase no particularismo, mas pela demanda pelo igual reconhecimento do direito das diversas culturas a se expressarem e atuarem na esfera pública. O documento

---

<sup>3</sup> O uso do conceito sujeito remete a um sujeito provisório, circunstancialmente cingido entre um sujeito falante e um sujeito falado, que reflete e elabora suas experiências (COSTA, 2006, p. 10). Significa, portanto, um sujeito sempre produzido por meio do discurso (BRAH, 2006, p. 366).

indica ainda um novo desenho de política educacional que se articule com o Ministério da Educação em seu conjunto na direção do combate ao racismo e à valorização da educação das relações étnico-raciais (MEC/MJ/SEPPIR/ONU, 2008, p. 23).

Influindo na formação do que se nomeou como ordem da normalidade, elaborou-se um tipo específico de discurso, crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas de hierarquização racial e cultural. Trata-se do discurso colonial, discurso esse que elaborou ainda aparatos de poder centrados no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas (BHABHA, 2007).

Consequentemente, ações discriminatórias direcionadas às corporalidades, às sexualidades não hegemônicas (homofobia), assim como à população negra (racismo)<sup>4</sup>, foram historicamente legitimadas a partir das lógicas instituídas pela cultura ocidental que atuou, majoritariamente, na definição de sujeitos correspondentes à ordem do “normal”. Assim, os estereótipos poderiam ser compreendidos enquanto estratégias discursivas que atuam como uma forma de conhecimento e identificação que oscila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido, impedindo a circulação e a articulação de outros significantes relacionados à “raça”, ou seja, trata-se da manutenção/reprodução de imagens sobre a população negra que se associam à subalternização e à discriminação por meio do racismo (Id. Ibid.). Nesse sentido, retoma-se o processo histórico e social que proporciona inteligibilidade à naturalização das práticas, que, por sua vez, acaba por impedir possibilidades de identificação diferentes desses modelos de discurso.

No modelo educacional vigente, a educação atuaria no âmbito da invisibilidade da raça como estratégia direcionada à manutenção desses estereótipos. Segundo Gomes (1997, p. 23):

[...] Os negros trouxeram para a escola a reflexão de que, além de sermos seres cognitivos, somos também seres culturais. E essa cultura

---

<sup>4</sup> O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p. 52).

por muitas vezes se choca com a cultura escolar permeada por uma estrutura rígida, pelo currículo mínimo, pelos conteúdos desinteressantes, pelo tempo linear e seriado por uma visão restrita da corporalidade, pelo adensamento dos ritmos, pela ausência da musicalidade.

Reproduzir-se-á, no quadro abaixo, uma síntese de dados (SILVÉRIO, 2009) que pretende subsidiar e contribuir para uma melhor compreensão sobre a relevância das políticas sociais de redistribuição indireta, nesse caso, das políticas educacionais voltadas à minimização das desigualdades vivenciadas por grupos portadores de elementos de identificação relacionada à raça negra. Segundo Silvério (2009, p. 31),

[...] o quadro abaixo tem por objetivo mostrar a centralidade da política educacional tanto na explicação dos diferenciais de renda, entre negros e brancos, quanto da efetiva contribuição da discriminação racial na manutenção desses diferenciais enquanto o país permanecer exclusivamente com políticas universais.

Abaixo expomos o quadro ao qual a passagem do autor se refere.

**Quadro 1:** Velocidade de redução de taxas de desigualdades entre negros e brancos – 1995-2005

Educacional	Diferença em anos de escolarização desfavorável aos negros		Projeção de igualdade
	1995	2005	
Período	1995	2005	
Jovens e adultos > 14 anos	2,1 anos	1,8 anos	67 anos
Jovens e adultos de 15 a 24 anos	1,9 anos	1,5 anos	40 anos
Emprego e renda – Rendimento <i>per capita</i>			
	Rendimentos		Projeção de igualdade
Período	1995	2005	
Branco	R\$ 582,00	R\$ 590,00	+ de 100 anos
Negro	R\$ 245,00	R\$ 270,00	
	58%	54,3%	
Pobreza			
	Negros e Brancos abaixo da linha da pobreza		Projeção de saída da linha da pobreza
Período	1995	2005	
Branco	25,6%	22,9%	65 anos
Negro	53,4%	46,3%	

Fonte: Silvério (apud Ipea 2006).

A análise do quadro acima aponta para estreitas relações entre a discriminação racial, o racismo e a escola, ao observarmos a discrepância entre os anos de escolarização e os níveis salariais de brancos(as) e negros(as) (SILVÉRIO, 2009). O conjunto de dados apresentado consegue demonstrar uma significativa distância entre os anos de escolarização, a renda salarial e a porcentagem de brancos e negros abaixo da linha da pobreza. Tão importante quanto a análise já apresentada é a constatação de que a discrepância quanto aos rendimentos de brancos e negros pouco retrocedeu nos últimos anos.

De acordo com Silvério (2009, p. 32), alguns estudos tendem a subsumir a questão étnico-racial à condição socioeconômica. Desse modo seriam suficientes as atuações sobre os fatores econômicos das desigualdades (distribuição regional, qualificação educacional e estrutura de empregos) para que fossem alterados os indicadores dos diferenciais entre brancos e negros. Essas análises indicam que a universalização e a garantia de educação básica de qualidade sem uma clivagem étnico-racial não alcançariam os objetivos propostos para o estabelecimento da igualdade entre os cidadãos. Indo mais além, teriam um impacto pequeno na realidade social.

A análise dos dados expõe ainda significativas diferenças entre os anos de escolarização de brancos e negros, apontando para a discriminação racial e o racismo como fatores preponderantes na dinâmica social e econômica, voltadas não apenas à distribuição de riquezas, mas também ao reconhecimento social da população negra no país (SILVÉRIO, 2009, p. 30). Deste modo, essa população tornou-se fragilizada, em sua maioria, desde sua inserção periférica no mercado de trabalho passando à formação escolar. As afirmações realizadas podem ser comprovadas e aprofundadas pela passagem da publicação “Brasil: o estado da nação”

[...] Um aspecto particularmente importante de nosso sistema educacional é que virtualmente todos entram na escola, mas somente 84% concluem a 4ª série e 57% terminam o ensino fundamental. O funil se estreita ainda mais no nível médio, no qual o índice de conclusão é de apenas 37%, sendo que, entre indivíduos da mesma coorte, apenas 28% saem com diploma. E o aspecto mais dramático é que esse desbaste das coortes é muito seletivo. (BRASIL, 2006, p. 112)

A dinâmica social no que tange à escolarização do país comprova que há um aumento de cerca de 10% na renda salarial a cada ano de escolarização. Neste sentido,



ganha relevância a relação raça, educação e desenvolvimento econômico, relação por vezes silenciada. Segundo Silvério; Moya (2009, p. 23) “[...] a educação tem uma forte característica conservadora, embora, também possa promover transformações, o que faz dela um elemento fundamentalmente político para o desenvolvimento social e econômico de uma nação”.

A relação entre educação e desenvolvimento foi elaborada por uma série de pensadores (as) brasileiros (as),

[...] Deixando de satisfazer necessidades psicoculturais e socioeconômicas que variam regionalmente, o sistema educacional brasileiro deixa de preencher funções socializadoras que condicionam, inevitavelmente, o equilíbrio e o ritmo do desenvolvimento da sociedade brasileira (FERNANDES apud SILVÉRIO; MOYA, 2009, p. 24).

A observação mais particularizada do que ocorrerá em determinados países dá também a presunção e um certo grau de evidência histórica do papel da educação como um dos principais pré-requisitos para a efetivação e manutenção do desenvolvimento econômico [...]. Foram assim, gradualmente, amadurecendo os conceitos de educação como instrumento de política econômica, manifestável por um duplo aspecto: como bem de consumo, com efeito direto no padrão de vida; como bem de produção, produzindo impacto direto na eficiência da produção. Ambos os aspectos perduráveis por toda a vida do educado, representando o que se poderia definir como um investimento em longo prazo. (ABREU apud SILVÉRIO; MOYA, 2009, p. 24)

Em relação ao acesso à educação, dados publicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), processados por Disoc/Ipea, demonstraram a discrepância entre a população negra e branca em todos os níveis de ensino. Esses dados respaldaram um longo debate sobre o fracasso e o atraso escolar e, posteriormente, sobre o fracasso da escola pública brasileira.

As discrepâncias entre os níveis salariais e a inserção no mercado de trabalho tornam-se crescentes de acordo com o aumento dos anos de escolarização. Os dados referentes ao ano de 1999 quanto aos estudantes brancos(as), na idade de 15 a 17 anos, representavam uma quantidade superior ao dobro de estudantes negros(as) na idade correta. Esses dados irão explicitar o afinilamento das matrículas de estudantes negros(as) nos níveis médio e superior. Na faixa de 18 a 24 anos, os números permanecem trazendo a distância quatro vezes maior entre os estudantes brancos(as) e negros(as).

Essa distância adquire uma relevância ainda maior ao afirmarmos que o ingresso e a conclusão no ensino superior são bastante influentes na disputa por espaço e reconhecimento social. Sendo assim, os dados apresentados auxiliam na verificação dos insucessos do universalismo das políticas educacionais, notados a partir da erosão do ideal da democracia racial, e ainda levaram os negros e outros grupos étnico-raciais à demanda por reconhecimento político e por implementação de políticas públicas direcionadas ao resgate dos elementos relacionados à cultura negra.

### 3 LEVANTAMENTO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS DA ANPEd E DA ANPOCS

Iniciou-se a análise dos textos apresentados nas associações ANPOCS e ANPEd, em seus respectivos grupos (GTs, GEs ou STs),<sup>5</sup> em conformidade com a metodologia adotada na elaboração desta análise. Buscando a viabilidade metodológica deste trabalho, optou-se pela seleção dos grupos ou seminários que teriam maior probabilidade de apresentarem temas relacionados às relações étnico-raciais e da educação. Citam-se os grupos da ANPOCS: os GTs Relações Raciais e Etnicidade; Educação e Sociedade e os STs As várias faces da cultura negra no Brasil: textualidade, território, identidade; Cor, etnicidade e ascensão social; e Perspectivas disciplinares sobre os temas da diferença e da desigualdade racial. Já da ANPEd citam-se os GTs Movimentos Sociais e Educação (1988-2001)<sup>6</sup>, Relações Raciais/Étnicas e Educação (2001-2002)<sup>7</sup>, Afro-brasileiros e Educação (2003)<sup>8</sup> e Sociologia da Educação.

Os textos que compõem essa análise foram localizados nos CDs-ROMs publicados pelas próprias associações, nas publicações dos sítios e coletâneas<sup>9</sup>, como,

---

<sup>5</sup> Por GT se compreende Grupos de Trabalho, GE Grupos de Estudo e ST Seminários Temáticos.

<sup>6</sup> A pesquisa utilizou como fonte os trabalhos apresentados no grupo de trabalho Movimentos Sociais e Educação, devido à inexistência, até o ano de 2001, de um grupo de trabalho voltado especificamente à temática étnico-racial. Considera-se também que um significativo número de trabalhos relacionados à temática foi apresentado no grupo de trabalho em questão.

<sup>7</sup> Em 2001, o Grupo de Estudos Relações Raciais/Étnicas e Educação foi substituído pelo Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação, deste modo a pesquisa se volta aos textos apresentados neste grupo.

<sup>8</sup> Documento que regulamenta a mudança de nome do grupo de estudos Relações Raciais/Étnicas e Educação: A assembleia geral da ANPEd, reunida ordinariamente em Caxambu por ocasião da 25ª reunião anual, em 02/10/2002, encaminha a decisão da assembleia geral do GE mudando a denominação de tal grupo para Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação.

<sup>9</sup> Devido à impossibilidade de acesso aos trabalhos na íntegra apresentados no GT Educação e Sociedade, da ANPOCS, buscou-se explorar uma das publicações da mesma associação, a coletânea “O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)”, no tópico relativo à educação.

do texto, autor(a), instituição, tema<sup>10</sup>, conceitos e debates<sup>11</sup>, referências bibliográficas<sup>12</sup>, síntese dos textos<sup>13</sup>, observações gerais<sup>14</sup>.

Posteriormente, indicam-se as perspectivas qualitativas da análise, isto é, os possíveis estreitamentos teóricos ocorridos entre os textos, dando enfoque aos conceitos recorrentes após o segundo momento de catalogação e análise dos trabalhos. Nesta etapa fez necessário retomar os trabalhos buscando realizar novas análises a fim de se identificar os trabalhos que apresentavam maior proximidade aos objetivos desta pesquisa. Somente após essa etapa tornou-se possível selecionar os trabalhos que iriam compor o corpus teórico desta análise, justificando então uma diferença numérica entre os trabalhos que compuseram inicialmente nossas análises dos que efetivamente dialogam com os interesses da pesquisa. Tais afirmações puderam ser verificadas no decorrer do texto e das tabelas que compuseram as análises. Por exemplo, o Caderno Ciências Sociais Hoje<sup>15</sup>. Além disso, a dinâmica exigida por esta pesquisa gerou a necessidade do contato com as associações para o fornecimento de parte desses textos.

A primeira fase de organização dos textos se deu por meio da confecção de planilhas e tabelas no *software Microsoft Excel*. As planilhas relativas a cada um dos GTs, GEs e STs analisados permitiram a elaboração de modelos de organização dos trabalhos que contribuiriam para o aperfeiçoamento da seleção destes de acordo com a proximidade aos temas selecionados para análise, no caso raça e educação. A classificação se deu, então, de acordo com os seguintes campos: autor, título do trabalho, instituição do autor, associação, título do encontro, Grupo de Trabalho/Estudo ou Seminário Temático, ano de apresentação.

Já na segunda fase de organização, os trabalhos foram agrupados de acordo com os principais conceitos discutidos por eles, para esta etapa se fez necessária uma leitura

---

<sup>10</sup> O campo visou, a partir da leitura dos resumos ou dos trabalhos na íntegra, o mapeamento do foco de análise de cada um dos trabalhos.

<sup>11</sup> Neste campo foram selecionadas em média 10 (dez) subtemas abordados nos trabalhos, dentre esses se apresentaram categorias, conceitos, citações de relevância para os objetivos da pesquisa.

<sup>12</sup> Neste campo estabeleceu-se em média 5 (cinco) referências teóricas utilizadas pelos autores na confecção dos trabalhos, importa ainda ressaltar a leitura direcionada deste tópico aos autores que se aproximam das leituras constituintes do projeto inicial da pesquisa.

<sup>13</sup> No campo foram elaboradas sínteses dos trabalhos lidos, visando à necessidade de se atender às especificidades de cada um deles;

<sup>14</sup> O campo visou à catalogação dos dados, como a metodologia utilizada nos trabalhos, ou seja, entrevistas, estudos de caso, bem como o estabelecimento de relações com os demais textos e documentos utilizados no projeto.

<sup>15</sup> Este caderno é publicado anualmente, contendo a seleção dos trabalhos de maior destaque apresentados na ANPOCS.

e análise atenta dos trabalhos selecionados. Nesse momento, tornou-se relevante a construção de categorias visando agrupar os trabalhos, e assim contribuir para suas análises posteriores. Logo, no segundo momento da análise, os trabalhos deixaram de ser agrupados em seus GTs em seus GTs, GEs e STs e respectivos anos, como foram organizados no momento do trato inicial dos dados. Contudo, todos os trabalhos foram classificados e analisados segundo o modelo que segue: número de registro do trabalho<sup>16</sup>, associação, ano de apresentação, Grupo de Estudo/Trabalho e Seminário Temático, título

Foram localizados, no total, entre os GTs e GEs da ANPEd, 220 (duzentos e vinte) trabalhos. Deste número, 41 (quarenta e um) apresentam em algum aspecto certa aproximação aos temas relacionados à questão étnico-racial, isto é, do total dos trabalhos estudados, aproximadamente 18,5% discutiam a temática trabalhada por esta pesquisa. Quanto aos dados observados nos GTs e STs da ANPOCS, referentes à temática étnico-racial, no período de 1988 a 2003, foi possível contabilizar 176 (cento e setenta e seis) textos. Dentre estes, 108 (cento e oito) discutiram temas relacionados à questão étnico-racial, ou seja, aproximadamente, 61% dos trabalhos voltaram-se à temática analisada.

Antes de prosseguir, torna-se importante ressaltar que não foi possível localizar os trabalhos apresentados nos GTs, GEs da ANPEd entre os anos de 1988 a 1992. Sendo assim, o conjunto dos textos que compõe este trabalho corresponde à seguinte distribuição: durante o período de 1993 a 2001, ao Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação; no ano de 2002, ao Grupo de Estudo Relações Étnicas/Raciais e Educação e, no ano de 2003, ao Grupo de Estudo Afro-brasileiros e Educação e, ainda, ao Grupo de Trabalho Sociologia da Educação.

Destaca-se que a produção apresentada no período de 1988 a 1992 no GT Movimentos Sociais e Educação apresentou debates relacionados a diversos aspectos e segmentos dos movimentos sociais, neste cenário foram pesquisados 91 (noventa e um) textos e, deste total, 20 (vinte) referiram-se à temática étnico-racial.

---

<sup>16</sup> O campo foi preenchido em ordem cronológica de apresentação dos trabalhos, visando sua posterior análise por meio de marcos temporais utilizados.

**Tabela 1:** Frequência dos textos apresentados no Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação por ano

<i>Ano</i>	<i>Frequência da temática Étnico-racial</i>	<i>Frequência das demais temáticas</i>	<i>Total</i>
<b>1993</b>	2	08	<b>10</b>
<b>1994</b>	0	10	<b>10</b>
<b>1995</b>	1	03	<b>04</b>
<b>1996</b>	3	09	<b>12</b>
<b>1997</b>	3	09	<b>12</b>
<b>1998</b>	2	10	<b>12</b>
<b>1999</b>	4	09	<b>13</b>
<b>2000</b>	3	04	<b>07</b>
<b>2001</b>	2	09	<b>11</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

O Grupo de Estudo Relações Étnicas/Raciais e Educação da ANPED foi criado no ano 2002, com o objetivo de reunir trabalhos direcionados à temática étnico-racial. Vale destacar que no ano de 2003 esse Grupo de Estudo passou a ser nomeado Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Educação. Conclui-se que a partir do período em questão todos os textos apresentados relacionam-se à temática étnico-racial<sup>17</sup>.

**Tabela 2:** Frequência dos textos apresentados no Grupo de Estudos Relações Étnicas/Raciais e Educação, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação por ano

<i>Ano</i>	<i>Frequência dos textos</i>
2002	08
2003	09
<b>Total</b>	<b>17</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

Após a organização dos trabalhos apresentados no GT e GEs acima identificados apresentar-se os dados relativos, na ANPED, à área de Sociologia da Educação.

**Tabela 3:** Frequência dos textos apresentados no Grupo de Trabalho Sociologia da Educação, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação por ano

<sup>17</sup> Dois dos trabalhos apresentados no GE Relações Étnicas/Raciais e Educação não contemplaram os objetivos analisados por esta dissertação e, conseqüentemente, não compuseram as análises realizadas, são eles: “Formação de professores indígenas - um estudo de caso”, de Antônio Jaco Brand, devido a seu distanciamento com os objetivos e propostas teóricas do projeto e “Algumas comunidades negras rurais do Piauí e a escola: o que há para entender”, de Francis Musa Boakari e Ana Beatriz Sousa Gomes, em virtude da discussão por ele proposta já estar contemplada nos demais textos trabalhados.

<i>Ano</i>	<i>Frequência da temática Étnico-racial</i>	<i>Frequência das demais temáticas</i>	<b>Total</b>
<b>1993</b>	00	12	<b>12</b>
<b>1994</b>	00	13	<b>13</b>
<b>1995</b>	00	08	<b>08</b>
<b>1996</b>	00	06	<b>06</b>
<b>1997</b>	00	07	<b>07</b>
<b>1998</b>	00	11	<b>11</b>
<b>1999</b>	00	13	<b>13</b>
<b>2000</b>	02	10	<b>12</b>
<b>2001</b>	01	10	<b>11</b>
<b>2002</b>	01	09	<b>10</b>
<b>2003</b>	00	09	<b>09</b>
<b>Total</b>	<b>04</b>	<b>108</b>	<b>112</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Em relação ao número total de trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Sociologia da Educação, constatou-se um reduzido número de trabalhos relacionados à temática étnico-racial. Dos 112 trabalhos apresentados, apenas 4 (quatro), ou seja, 3,5% correspondem à temática étnico-racial. Dos quatro trabalhos apresentados, a temática étnico-racial foi discutida do seguinte modo: Educação e Estratificação Social, Almeida (2000); Prática Docente e Relações Raciais, Muller, Oliveira e Teixeira (2001); e Multiculturalismo e Pluralidade, Silva (2000) e Souza (2002).

Dentre os textos pesquisados nos GTs e STs da ANPOCS, referentes à temática étnico-racial, no período de 1988 a 2003, totalizaram 94 (noventa e quatro) trabalhos. Não foi possível localizar a totalidade de trabalhos apresentados nos encontros da associação durante o período de 1988 a 1995. Por este motivo, adotou-se como fonte de análise deste período a publicação *Cadernos Ciências Sociais Hoje*. A partir desta publicação foi possível, então, localizar 03 (três) trabalhos referentes à temática estudada.

Segundo informações disponibilizadas no sítio da ANPOCS, a publicação dos *Cadernos Ciências Sociais Hoje* foi criada em 1980, no intuito de reunir alguns dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais, sendo sua última edição lançada em 1996. Ainda segundo informações disponibilizadas pela associação a partir do ano de 1997, os textos foram divulgados por meio de disquetes e, em seguida, em CDs-ROMs.

**Tabela 4:** Frequência de textos apresentados sem indicação de Grupo de Trabalho, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais por ano, nos Cadernos Ciências Sociais Hoje

<i>Ano</i>	<i>Frequência da temática Étnico-racial</i>	<i>Frequência das demais temáticas</i>	<b>Total</b>
1988	0	2	<b>2</b>
1989	0	2	<b>2</b>
1990	1	1	<b>2</b>
1992	2	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>8</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

No período de 1996 a 2003, com exceção dos anos 1997 e 2001, totalizaram-se 68 (sessenta e oito) trabalhos apresentados no GT Relações Raciais e Etnicidade. Neste caso, considerou-se que a totalidade dos trabalhos apresentados dialogou em alguma instância com a temática estudada.

**Tabela 5:** Frequência dos textos apresentados no Grupo de Trabalho Relações Raciais e Etnicidade, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais por ano

<i>Ano</i>	<i>Frequência dos textos</i>
1996	07
1998	12
1999	13
2000	12
2002	12
2003	12
<b>Total</b>	<b>68</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados do ano de 1997 referem-se aos STs "As várias faces da cultura negra no Brasil: textualidade, território, identidade" – 09 (nove) trabalhos; "Cor, etnicidade e ascensão social" 09 (nove) trabalhos, totalizando um número de 18 (dezoito) textos.

**Tabela 6:** Frequência dos textos apresentados nos Seminários Temáticos referentes à temática étnico-racial, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Ano: 1997

<i>Seminário Temático</i>	<i>Frequência da temática Étnico-racial</i>	<i>Frequência das demais temáticas</i>	<i>Total por seminário</i>
---------------------------	---	--	----------------------------

<b>As várias faces da cultura negra no Brasil: textualidade, território, identidade</b>	09	00	<b>09</b>
<b>Cor, etnicidade e ascensão social</b>	07	02	<b>09</b>
<b>Total por temática</b>	<b>16</b>	<b>02</b>	<b>18</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

No ano de 2001 foram analisados os trabalhos apresentados no ST "Perspectivas disciplinares sobre os temas da diferença e da desigualdade racial". Nesse seminário localizaram-se 07 (sete) textos em acordo com as propostas desta dissertação.

**Tabela 7:** Frequência dos textos apresentados no Seminário Temático referente à temática étnico-racial, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Ano: 2001

<i>Seminário Temático</i>	<i>Frequência dos textos</i>
<b>Perspectivas disciplinares sobre os temas da diferença e da desigualdade racial</b>	07
<b>Total</b>	<b>07</b>

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao debate educacional na ANPOCS, optou-se pela análise do balanço publicado pela associação “O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)”. Abaixo segue a tabela que relaciona os trabalhos apresentados no grupo Educação e Sociedade.

**Tabela 08:** Frequência dos textos apresentados no Grupo de Trabalho Educação e Sociedade, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais por ano

<i>Ano</i>	<i>Frequência da temática Étnico-racial</i>	<i>Frequência das demais temáticas</i>	<b>Total</b>
<b>1996</b>	03	05	<b>08</b>
<b>1997</b>	06	03	<b>09</b>
<b>1998</b>	02	08	<b>10</b>
<b>1999</b>	00	09	<b>09</b>
<b>2000</b>	00	10	<b>10</b>
<b>2001</b>	01	06	<b>07</b>
<b>2002</b>	01	09	<b>10</b>
<b>2003</b>	01	11	<b>12</b>
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>61</b>	<b>75</b>

Fonte: Elaborada pela autora.



O balanço citado discute a trajetória da produção de conhecimento relativo à Educação nas Ciências Sociais brasileiras. Considerando os dados relacionados no balanço, afirma-se que a escola, como tema de pesquisa, foi estudada a partir de alguns temas. Foram eles: escolaridade e desigualdades sociais, escola e violência escolar, prática docente, políticas públicas educacionais e ensino superior. As linhas de pesquisa que ganham destaque são: Educação e Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, Educação e Gênero.

A análise deste balanço demonstrou a ausência total, na publicação Estudos sociológicos sobre educação no Brasil<sup>18</sup>, do debate relacionado à temática Étnico-racial. Este fato torna-se de grande relevância quando se detém nos objetivos da publicação, ou seja, a elaboração de um balanço sobre os temas trabalhados nas Ciências Sociais sobre a Educação.

A partir da primeira sistematização dos trabalhos estudados, foi possível constatar uma importante distinção entre as associações em questão. Na ANPEd foi recorrente a apresentação de diversos temas, inclusive muitos deles diferentes dos debates sobre raça; já na outra associação, a ANPOCS, essa recorrência foi menor. Essa afirmação deveu-se ao fato dos Grupos de Trabalho e Seminários Temáticos selecionados nesta última associação serem, desde o ano de 1988, diretamente relacionados à questão étnico-racial, o que não se verificou na ANPEd.

Com objetivo de aperfeiçoar o trabalho de pesquisa, adotou-se como metodologia para a elaboração da tabela seguinte a leitura dos títulos e/ou dos resumos de todos os trabalhos apresentados nos grupos de trabalho, estudo ou seminários temáticos diretamente relacionados à temática das relações étnico-raciais e da educação. A tabela abaixo apresenta, então, a segunda fase de classificação dos trabalhos analisados expondo, a partir da análise dos títulos e/ou resumos, os principais temas relacionados à questão étnico-racial discutidos nas associações, ANPOCS e ANPEd.

**Tabela 09:** Frequência dos principais temas mapeados nas associações ANPOCS e ANPEd, no período de 1988 a 2003

<b>PRINCIPAIS TEMAS</b>	<b>ANPOCS</b>	<b>ANPEd</b>	<b>TOTAL</b>
Identidade e Raça	23	07	<b>30</b>
Educação e Raça	13	12	<b>25</b>

<sup>18</sup> Nome da publicação e capítulo do livro *O que ler na Ciência Social brasileira* (1970-2002).

Desigualdade Racial	12	03	<b>15</b>
Gênero e Raça	13	01	<b>14</b>
Políticas de Ação Afirmativa	09	01	<b>10</b>
Cidadania e Raça	08	01	<b>09</b>
Questão Indígena	03	06	<b>09</b>
Manifestações Culturais e Raça	05	03	<b>08</b>
Classe e Raça	07	00	<b>07</b>
Outros	03	03	<b>06</b>
Movimentos Sociais e Raça	01	04	<b>05</b>
Estados Nacionais e Raça	04	00	<b>04</b>
Quilombos	04	00	<b>04</b>
Questões étnicas	02	00	<b>02</b>
Racialização	01	00	<b>01</b>
<b>Total:</b>	<b>108</b>	<b>41</b>	<b>149</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

O tema da educação perpassou ainda discussões relacionadas à formação das identidades étnicas, à discriminação racial, ao currículo, à formação de professores(as), ao fracasso escolar, assim como os significados políticos e sociais da aprovação da Lei 10.636/03. Neste sentido, certa aproximação foi notada em relação aos debates educacionais sob a ótica étnico-racial nos textos da ANPEd e da ANPOCS.

Uma parte significativa dos autores que apresentaram trabalhos relacionados à questão étnico-racial e à educação compreendeu o encontro entre raça e educação como um elemento ativo na constituição das identidades e das identificações individuais ou coletivas. E ainda parte significativa dos textos explorou as transformações e lacunas do atual modelo de cidadania. Portanto, a partir da análise dos textos dos grupos de trabalho, já expostos, foram delineadas duas vertentes principais para a abordagem, são elas: na ANPEd destaca-se o papel desempenhado pela escola junto aos processos de identificação, a construção das identidades e das representações sociais; já na ANPOCS destaca-se o papel da escola quanto aos debates em torno da cidadania, tanto na esfera de uma educação que compreende os direitos de cidadania como o direito de acesso ao mercado de trabalho por meio da educação, quanto de propostas que discutem as dinâmicas culturais que demandam sob os direitos da cidadania – cidadania cultural.

#### **4 RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO A PARTIR DOS TRABALHOS**

Considerando o mapeamento realizado, foi possível destacar algumas das principais análises referentes à educação escolar nas produções das Ciências Sociais e da Educação. Tiveram destaque, especialmente, o modelo escolar brasileiro e a capacidade de reprodução e conseqüentemente de manutenção de sentidos e práticas atribuídas a tal modelo. Um número considerável de trabalhos realizou leituras sobre a constituição da educação no país, leituras essas que apontaram para a elaboração de modelos hierárquicos, que, em última instância, estabeleceram vantagens e desvantagens a partir da compreensão comumente atribuída à questão racial no país. Neste sentido, Silvério (2008) apresentou uma relevante leitura sobre a necessidade de se realizar um balanço referente à questão racial e à educação no âmbito das produções acadêmicas,

[...] No caso brasileiro, a questão do uso do critério cor/raça na política pública exige tanto a apreciação empírica da sua permanência atual, como de que forma ele tem sido apreendido pela Sociologia no passado recente e no presente. No momento em que o país reconhece a eficácia dos mecanismos de hierarquização social e propõe a construção de um Plano Nacional de Educação (PNE), que considera a diversidade étnico-racial como um fator de discriminação de indivíduos e grupos no acesso aos bens sociais, é importante um breve balanço da forma como esse debate tem se dado no âmbito acadêmico contemporâneo (SILVÉRIO, 2008, p. 7).

Diante da análise dos trabalhos estabeleceram-se algumas diferenciações quanto às definições sobre educação. Essas diversas perspectivas foram sistematizadas e serão apresentadas a seguir.

Segundo Bandeira (1993, p. 75), a escola, enquanto uma instituição social, configura-se no interior de uma rede simbólica. A sociedade dispõe de uma base de imaginários dos quais os simbolismos fluem e, nesta direção, o simbolismo racial seria o responsável pela conferência de sentido às linhas de cor da pele, aqui compreendidas pelas posições polares do branco e do negro enquanto determinantes de maiores ou menores vantagens sociais.

Deste modo, para Bandeira (1993, p. 78), como instituição educacional da sociedade, a escola constitui sua maneira de ser no interior de uma rede de simbolismos racistas. Assim, ao mesmo tempo em que institui o racismo como prática real em seu interior, a escola constitui sua própria rede simbólica, isto é, o modo próprio de prática do racismo que expressa o simbolismo de seu projeto educacional.

Como informa Bandeira (1993, p. 91), o modelo educacional adotado no país, da escola reprodutivista, vê os alunos como depósitos de conteúdos e, mais especificamente os alunos negros, pois estes seriam vistos como depósitos de conteúdos duplamente alienados, uma vez que são alienados do processo de elaboração do saber depositado e sequencialmente da possibilidade de reelaborar os conteúdos desse saber.

Segundo Petronilha Gonçalves e Silva (1995), desde meados do século passado, pesquisadores têm se debruçado sobre questões relativas à educação e à população negra. De acordo com a análise realizada pela autora sobre os encontros/congressos relacionados ao tema<sup>19</sup> foram consideradas duas principais dimensões da educação, a primeira em que a educação seria tida em um sentido mais amplo da construção da identidade e da socialização, e uma segunda na qual a educação seria tomada em um sentido restrito de educação escolar.

O papel da escola na trajetória de vida dos jovens também foi apresentado pelo trabalho de Gomes (1996). A autora abordou a influência da instituição escolar nos processos de construção da identidade racial com tom crítico à reprodução de discursos e práticas homogeneizantes desenvolvidas nesse espaço. Para Gomes (1996), os movimentos sociais desenvolveram um papel de destaque ao atuarem como forças de pressão direcionadas ao alargamento das expectativas sobre a função social da escola, esta última compreendida como um direito social, devendo, portanto, não excluir aqueles que, por direito, deveriam continuar seus estudos e serem bem sucedidos.

---

<sup>19</sup> De acordo com a proposta deste trabalho, tornou-se relevante apresentarmos a sistematização desenvolvida pela pesquisadora Petronilha Gonçalves e Silva, referente aos encontros realizados sobre o tema negro e educação entre os anos de 1937 a 1995. Segundo Silva (1995), dentre os debates realizados nos seminários, suas contribuições e influências, e ainda das diferentes perspectivas teórico-metodológicas, houve uma ampliação no entendimento a respeito das relações entre pessoas de diferentes etnias na escola. As reivindicações elencadas pela autora apontam para: “o silêncio dos professores diante da discriminação racial como fator de seletividade da escola pública (GONÇALVES, 1985); a escola não desconhece o racismo praticado em seu interior, é omissa, isso sim, face, aos sérios problemas que as crianças negras enfrentam (OLIVEIRA, 1992); as crianças, “vão construindo como podem um jeito próprio de viver num contexto adverso, resignadas, muitas vezes, intensamente resistentes em outros momentos” (LOPES, 1994); as crianças que frequentam creches fazem face a práticas discriminatórias e preconceituosas exercidas pelos adultos que delas tomam conta (OLIVEIRA, 1994); a imagem que a criança negra constrói de si própria é eivada pela imagem ideal de ser branca (OLIVEIRA, 1992; GUSMÃO, 1993). As atitudes racistas presenciadas nas escolas são fruto de orientações, desde cedo, recebidas junto às famílias (FERNANDES, 1978, p. 217; OLIVEIRA, 1992, GONÇALVES; SILVA, 1995); bem como redundam em mecanismos educativos que conduzem a vida em sociedade. A situação, assim descortinada, aponta para a importância de política pedagógica em favor de crianças negras e consequentemente das crianças brasileiras (Gonçalves e Silva, 1988; Gonçalves e Silva, 1994” (SILVA, 1995, p. 06).

Ainda segundo Gomes (2002, p. 1) “[...] a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade[...]”. Desta maneira, a escola pode contribuir para a produção de um novo ordenamento social, questionando o padrão social instituído por meio da desconstrução dos significados impostos aos indivíduos, aos seus corpos e às suas práticas, somando-se a essas contribuições o fim do distanciamento entre a escola real e aquela que a comunidade negra quer e necessita (GOMES, 1996, p. 09).

A educação, considerando-se os sistemas de ensino, atua como reprodutora de desigualdades, já que algumas pesquisas sustentam a tese de que a identificação racial se transforma de acordo com os anos de escolarização. Considerando a raça como um fator determinante na alocação de pessoas tanto na estrutura de classes quanto no sistema de estratificação social, Queiroz (2003) demonstrou que a escolaridade apresenta um efeito significativo sobre o modo como os indivíduos se classificam. Neste sentido, existiria no país um sistema de hierarquização em que a cor se associaria ao *status* para definir o lugar das pessoas na estrutura social.

Ao considerar a educação como uma área estratégica de intervenção, Silveira (1999) apoiou-se na concepção de que educação e cultura são sinônimos de socialização, ou seja, atuam na constituição do processo básico de inserção cultural. A cultura, como construção histórica, segundo Silveira (1999), representaria uma dimensão do processo social e de produção da sociedade. Conseqüentemente, abordá-la como produção social destacaria a relevância de seus processos de transmissão, em especial quanto aos processos educativos. Neste sentido, a inserção cultural representaria o meio pelo qual uma sociedade socializa seus membros. Dito de outra forma, o fenômeno sociocultural seria realizado historicamente por meio dos processos de construção da pessoa. De acordo com a autora,

[...] A escola é a instituição social que visa preparar a pessoa para a vida pública, como adulto socialmente produtivo na sociedade. Em seu interior continuam operantes os processos de identificação pela reprodução das representações sociais através das quais atores escolares atualizam processos culturais de diferenciação nas relações cotidianas, e que são transformados socialmente em mecanismos de produção de desigualdades sociais.

O processo escolar pode potencializar e refinar mecanismos de diferenciação na medida em que processos discriminatórios

permeando o processo pedagógico definem condições de vantagens e desvantagens pedagógicas que, distribuídas, incidem nas relações como fator de sucesso ou insucesso escolar. Muitas crianças experimentam dificuldades na transposição de significados familiares, quando não há convergência entre as suas referências e as de seus professores e pares (SILVEIRA, 1999, p. 7).

Compreendendo o processo educacional como a prática por excelência da socialização humana, a autora aponta o espaço escolar como meio privilegiado para o acesso a concepções e ideias circulantes em determinados períodos.

A educação também foi compreendida, por Maria Elena Viana Souza (2003), como um agente ativo durante os processos de construção da sociabilidade. O processo educacional, segundo a autora, corresponderia a um mecanismo de afirmação positiva da identidade. Assim, a utilização de elementos definidores do lugar dos sujeitos dentro do sistema de classificação racial, como, por exemplo, o cabelo e a cor da pele, estariam diretamente relacionados às práticas pedagógicas e às vivências escolares, já que a escola não atuaria tão somente como uma instituição formadora de saberes escolares, mas também como formadora de saberes sociais e culturais. Logo, a escola seria ainda produtora de representações culturais<sup>20</sup>, relacionadas às produções de símbolos, representações e significados.

Para Souza (2002), a escola, ao adotar um modelo baseado na homogeneização de valores, na adoção de medidas articuladas em torno da fixidez das identidades, ao produzir conteúdos universais desconsiderando perspectivas ou saberes não hegemônicos e, ainda, ao desconsiderar os diversos ritmos de aprendizagem e experiências do corpo discente, acentuaria preconceitos e discriminações ao invés de positivar o reconhecimento das diferenças. Por fim, a escola tem um importante papel a cumprir na desconstrução dos estereótipos, contudo, falta a ela problematizar a questão racial, isto é, problematizar as formas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade inserida ou não no ambiente escolar (SOUZA apud GOMES, 2002, p. 1).

Fátima Machado Chaves (2003) debruça-se sobre a análise das formas com que as relações de classe, gênero e raça poderiam interferir no trabalho e na saúde das

---

<sup>20</sup> Para a compreensão do que se pretende discutir por meio do conceito “representações culturais”, adotado pela autora Maria Elena Viana de Souza (2003), se fez necessário a apresentação do conceito cultura. Segundo a autora em questão, cultura é uma construção histórica, heterogênea e, como tal. É expressão de vivências distintas e personalizadas.

funcionárias negras (especialmente serventes e merendeiras). Ao realizar esse trabalho, Chaves (2003) elabora importantes apontamentos sobre o papel desempenhado pela escola, compreendida pela autora como o lugar privilegiado para a disciplinarização da criança que, conseqüentemente, acabaria socializando-a para a vida e para o trabalho.

[...] A escola pública fundamental tem sido apresentada socialmente como um lugar privilegiado também de disciplinarização da criança, socializando-a para a vida e trabalho, seus diferentes profissionais, inclusive as funcionárias, compartilham desse objetivo, configurando-se também educadoras, porquanto interferem no “currículo oculto” do processo pedagógico na medida em que participam na criação e socialização de hábitos, atitudes e valores dos alunos, numa afetiva atividade de ensinar, cuidar e disciplinar, atuando de forma concreta (CHAVES, 2003, p. 5).

O ambiente educacional deveria responder ao combate ao racismo e, ainda, representar-se como um elemento atuante na constituição de uma verdadeira democracia no sentido da questão racial. Essa afirmação vem estabelecer um profícuo diálogo com as definições de Silva (2002), já que, segundo a autora, a socialização pode propiciar a afirmação de identidade de modo positivo, ou ainda silenciar práticas discriminatórias e impedir o não reconhecimento das diferenças nos espaços escolares (SILVA, 2002).

Kabenguele Munanga (2000 apud SILVA, 1996) também apresentou uma importante contribuição para a compreensão da questão racial e do ambiente escolar no contexto nacional, segundo o autor,

[...] Todos os preconceitos e discriminações que permeiam a sociedade brasileira são encontrados na escola, cujo papel deve ser o de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito. Mas na prática ela acaba é reforçando o racismo (MUNANGA apud SILVA, 1996, p. 13).

Por meio da orientação teórica apresentada pelas análises de Munanga (2000) e Silva (2002), pode-se compreender o espaço escolar enquanto um espaço dinâmico e complexo, potencialmente capacitado para a produção e reprodução de práticas e ações discriminatórias. Neste sentido, a educação, compreendida na vivência e na interação com o espaço e o cotidiano escolar, obteria destaque devido à sua atuação na constituição/construção dos sujeitos. As experiências vivenciadas durante este processo participariam dos questionamentos das identidades, principalmente por meio do contato

com o outro, da alteridade. Melhor seria então pensarmos a educação como o local do encontro das diferenças, de diferenças que estabelecem relações de poder, enquanto produtos da dimensão social.

Nota-se, a compreensão da educação escolar poderia abranger múltiplos significados, pois representaria tanto um espaço da vivência e reprodução da discriminação oculta, que irá compor os saberes escolares, sociais e culturais, como também o local das representações culturais, relativas às produções simbólicas e de significados como, por exemplo, os significados subjetivos dados ao cabelo crespo durante a formação dos elementos de identificação que irão compor os sujeitos (SOUZA, 2003). Portanto, a análise da educação buscou compreender, a partir dos textos apresentados nas associações analisadas, a escola enquanto uma instituição social que se constituiu como um espaço privilegiado para o exercício da escolarização. Essa definição tende a informar os processos nos quais essa instituição atua, ou foi desenhada a atuar, tornando-se justificada a apreensão dos processos e dinâmicas sociais coexistentes na educação que corroborem a socialização e/ou a formação dos sujeitos.

#### **ABSTRACT**

This article seeks to complete the analysis of some studies which linked the category race to the field of education in order to verify the relevance of the role played by the school institution as it relates to ethnic and race in Brazil. Seeking to reach this goal there was a mapping of the papers presented in two major national research associations and graduate of Social Sciences and Education, the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS) and the National Association Graduate and Research in education (ANPEd), from 1988 to 2003. The study highlights the sociological analysis of educational dynamics, focusing on the relations established between education and race starting from a brief overview of the educational context on the racial issue in the twentieth and twenty-first, demonstrating through quantitative data, maintaining a hierarchical structure in relation to access and stay in the educational system of black men and women. In short, we seek to dialogue with the knowledge fields of Social Sciences and Education in these areas have produced on education, mostly on formal education and race relations.

**Keywords:** Education. Ethnic and racial relations. ANPEd. ANPOCS.

#### **REFERÊNCIAS**

ANPEd. **ANPEd 25 anos**. Rio de Janeiro: Editora ANPEd, 2002.

BANDEIRA, M. L. Movimento Negro e democratização da educação. In: Reunião Anual da Anped, 26., 2003, Caxambu-MG. **Cadernos**. Mimeografado.



BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOTTOMORE, W.; OUTWAIT, T. **Dicionário do pensamento sociológico do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

BRAH, A. Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan. /jun. 2006.

BRANDÃO, Z. A dialética micro/macro na Sociologia da Educação. **Cadernos de Pesquisa** 13, São Paulo, v. 26. n. 129, set./dez. 2006.

BRASIL/IPEA. **Brasil: o estado da nação**. Brasília: 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Ministério da Educação/SEPPPIR, 2004.

CÂNDIDO, A. O papel do estudo sociológico da escola na Sociologia Educacional. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1., 1955, p. 117-130.

CHAVES, F. M. **Os "quadros negros" de escolas públicas: trabalho e saúde da funcionária negra**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 26., 2003, Caxambu-MG. **Cadernos**. p.5-15.

GOMES, N. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, P. B.; BARBOSA, L. M. **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: EdUFSCar, 1997. p. 17-30.

\_\_\_\_\_. Os jovens rappers e a escola: a construção da resistência. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 19, 1996, Caxambu-MG. **Cadernos**. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e/ou resignificação cultural? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 25, 2002, Caxambu-MG. **Cadernos**. p.1-13.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 103-133.

MARTINS, C. B. Encontros e desencontros da Sociologia e Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003.

MEC/MJ/SEPPPIR/ONU. Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003. 2008.

QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais na educação: a Bahia nos anos 90. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu-MG. **Anais**. p.1-21.

SILVA, P. G. Movimento negro, educação e produção do conhecimento de interesse dos afro-brasileiros. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 18. 1995, Caxambu-MG, **Cadernos**. Mimeografado.

SILVA, R. S. As insularidades dos discursos e as trivialidades das práticas de professores(as) de uma escola pública perante o racismo, preconceito e discriminação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu-MG. **Cadernos**. p.1-16.

SILVEIRA, M. Pluralidade cultural ou atualidade do mito da democracia? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 23.,1999, Caxambu-MG. **Anais**. Mimeografado.

SILVÉRIO, V. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: HERINGER, R.; MARILENE, P. **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Herinch Boll & Action Aid., p. 13-38, 2009.

SILVÉRIO, V. R.; MOYA, T. S. **Educação, diferença e desenvolvimento nacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação, diferença e desenvolvimento nacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SOUZA, M.E. Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2003, Caxambu-MG. **Anais**. p. 1-14.

SOUZA, M.G. Diferença e tolerância: por uma teoria multicultural da educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu-MG. **Anais**. p. 1-22.